



<b>Processo nº</b>	<b>12.480-0/2017</b>
<b>Interessados</b>	<b>SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES</b> <b>José Pedro Gonçalves Taques</b> <b>Eduardo Cairo Chiletto</b> <b>Wilson Pereira dos Santos</b> <b>Juliana Fiusa Ferrari</b> <b>José Celso Dorileo Leite</b> <b>Ciro Rodolpho Pinto de Arruda Siqueira Gonçalves</b> <b>Construtora Sanches Tripoloni Ltda.</b> <b>Paulo Francisco Tripoloni</b> <b>João Sanchez Junqueira</b>
<b>Advogados</b>	<b>Murilo de Moura Gonçalves – OAB/MT 21.863</b> <b>Jamil Josepetti Junior – OAB/PR 16.587</b>
<b>Assunto</b>	<b>Monitoramento</b>
<b>Relator</b>	<b>Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF</b>

### **CERTIDÃO**

**Certifico** para a regularidade formal do processo, que o Acórdão nº 372/2022 - PP, foi divulgado no Diário Oficial de Contas – (DOC), edição nº 2727, divulgado em 17/11/2022, e publicado em 18/11/2022.

**Certifico**, ainda, a remessa dos autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados, para aguardar o decurso do prazo recursal.

**Certifico**, também, que decorrido o prazo regimental sem a interposição de recurso (artigo 356 - Regimento Interno/TCE-MT), os autos serão encaminhados ao Núcleo de Certificação e Controle de Sanções.

**Certifico**, ademais, que a publicidade das deliberações plenárias e dos julgamentos singulares pelo DOC, observarão as disposições do artigo 119 da Resolução Normativa nº 16/2021 (Regimento Interno - TCE/MT).

**Certifico**, por fim, que o término do prazo recursal se dará em 13/12/2022.

*(assinatura digital disponível no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**ÂNGELA PATRÍCIA SOUSA MARQUES**  
Secretário-geral do Plenário

